

# Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 6

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2018

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

# **Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico**

## **6**

**Atena Editora**  
**2018**

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 6 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-065-0

DOI 10.22533/at.ed.650192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.  
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,  
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA.	
<i>Marilea de Jesus Mendes Everton Pinho</i>	
<i>Fernanda Costa Pinheiro</i>	
<i>Marlyane Santos Pereira</i>	
<i>Weline Leite Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6501922011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6501922012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Anne Gabriela Bastos Veiga</i>	
<i>Lucio Carlos Dias Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6501922013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>30</b>
ARTE E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: EM CENA A PRODUÇÃO NA ÁREA	
<i>Vera Núbia Santos</i>	
<i>Isabelle Pinto Mendonça</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6501922014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL – CDILUSS: ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DAS LUTAS SOCIAIS E DO SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO	
<i>Maria da Glória Serra Pinto de Alencar</i>	
<i>Neudilene Viana Diniz</i>	
<i>Selma Maria de Oliveira Brandão</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6501922015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>54</b>
DIREITOS SOCIAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UMA LEITURA A PARTIR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFAM	
<i>Roberta Ferreira Coelho de Andrade</i>	
<i>Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa</i>	
<i>Vivianne Batista Riker de Sousa</i>	
<i>Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6501922016</b>	

<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>66</b>
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ESPAÇO DE FORMAÇÃO E APRENDIZADO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Wglaenia Carlos Bezerra</i>	
<i>Rayanne Amaral Braz</i>	
<i>Lúcia Rocha Bezerra Maia</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6501922017</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>80</b>
O FAMILISMO DA POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E BRASIL	
<i>Rosilene Marques Sobrinho de França</i>	
<i>Maria D'Alva Macedo Ferreira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6501922018</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>90</b>
O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO NA DEFESA E REAFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DE SERVIÇO SOCIAL NAS IES PRIVADAS	
<i>Ivaneide Duarte de Freitas</i>	
<i>Isabelle Cristina Custodio de Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6501922019</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>98</b>
O TRABALHO DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS DE SALVADOR NO TERCEIRO SETOR	
<i>Márcia Tavares Josimara Delgado</i>	
<i>Rosângela Fiais</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65019220110</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>108</b>
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: A CONCEPÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS DA UFERSA/RN	
<i>Fabrcia Dantas de Souza</i>	
<i>Anne Karoline Silva Felix</i>	
<i>Janaína Maria Silva Holanda</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65019220111</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>120</b>
ALFABETIZAÇÃO TECNOLÓGICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES PROCESSUAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
<i>Valdomiro de Souza Brito</i>	
<i>Romy Guimarães Cabral</i>	
<i>Caroline Barroncas de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65019220112</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>129</b>

## O TRABALHO DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS DE SALVADOR NO TERCEIRO SETOR

**Márcia Tavares**  
**Josimara Delgado**  
**Rosângela Fiais**

**RESUMO:** Neste trabalho, apresentamos parte dos resultados de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, intitulado “O trabalho do assistente social em Salvador: contribuições para o debate atual”, desenvolvido por docentes e discentes do Curso de Serviço Social da UFBA. Aqui, detemo-nos nas condições de trabalho e atividades de Assistentes Sociais que atuam em organizações do Terceiro Setor de Salvador. Constata-se que embora as instituições respeitem a jornada de 30 h estabelecida na Lei 12.317/2010, as condições de trabalho são marcadas pela precarização, desde recursos humanos reduzidos à infraestrutura e recursos escassos que comprometem o atendimento prestado ao usuário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho profissional; Serviço Social; Terceiro Setor.

**ABSTRACT:** In this paper, we present part of the results of a research project funded by CNPq entitled “The work of the social worker in Salvador: contributions to the current debate”, developed by teachers and students of the UFBA Social Service Course. Here, we find ourselves in the working conditions and activities of Social

Workers who work in organizations of the Third Sector of Salvador. Although the institutions observe the 30-hour working day established in Law 12.317 / 2010, working conditions are marked by precariousness, from reduced human resources to infrastructure and scarce resources that compromise the service provided to the user.

**KEYWORDS:** Professional work; Social work; Third sector.

### 1 | ANOTAÇÕES INICIAIS

O termo “terceiro setor” tem sido utilizado para nomear desde entidades filantrópicas, autogovernadas e de caráter voluntário, fundações, organizações não governamentais até associações de moradores entre outras, não havendo consenso quanto à sua origem, conceito e características.

De acordo com Montaño (2003), o termo recorta o social em esferas: o Estado (1º setor), o mercado (2º setor) e a sociedade civil (3º setor) e, esse recorte é dotado de um viés neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que desistoriciza a realidade social, ao isolar e conferir autonomia à dinâmica de cada esfera. É como se essas esferas não se articulassem ou se misturassem: o “político”

pertence ao Estado, o “econômico” diz respeito ao mercado e o “social” é competência da sociedade civil. O autor esclarece que:

[...] o chamado ‘terceiro setor’ representa uma *denominação equivocada* para designar um *fenômeno real*.

O fenômeno em questão não é, portanto, o desenvolvimento de organizações de um ‘setor’ em detrimento da crise de outro, mas a alteração de um padrão de resposta social à ‘questão social’ (típica do Welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele) (2003, p. 184-5).

Com efeito, no Brasil, o governo de FCH promoveu um reordenamento das relações entre Estado, mercado e sociedade civil, no que se refere à proteção social. Houve não só uma redução do Setor Público nas políticas sociais, mas reorientação dos gastos, privilegiando programas compensatórios, em lugar da universalidade defendida na Constituição Federal de 1988. As políticas são privatizadas e retiradas da esfera do Estado, que cede espaço à sociedade civil. As políticas voltadas para os segmentos mais pobres são executadas por ONGs, associações religiosas, entidades filantrópicas, instituições de apoio, associações de bairro ou empresas, com base na filantropia empresarial.

No governo FHC tem início, simultaneamente, a privatização da seguridade social e a refilantropização da pobreza via assistência social, de forma a cumprir a determinação neoliberal de desresponsabilização do Estado no tocante à garantia de direitos sociais. Em nome da “solidariedade”, o Terceiro Setor assumiu a execução de programas sociais, cabendo ao Estado administrar convênios que só reforçaram a fragmentação, descontinuidade desses programas, bem como o desmonte dos órgãos de assistência social.

Em outro momento, Montaño (2014) acrescenta que a atividade de “captação de recursos” das ONGs compromete sua identidade e rumo, na medida em que descaracteriza e subordina seus objetivos, projetos e “missões” às condições estabelecidas pelo Estado e/ou capital para a obtenção de recursos. Assim, no cenário contemporâneo, as ONGs assumem funcionalidade para o projeto neoliberal, na medida em que são instrumentalizadas para atender as seguintes funções: Justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social e desmonte do Estado no que se refere à intervenção social; Desonerar o capital da responsabilidade de co-financiar as respostas do Estado às sequelas da “questão social” por meio de políticas sociais; Reduzir o controle social democrático e des-publicizar a ação social, inviabilizando a pressão política (popular); Despolitizar e neutralizar os conflitos sociais, transformando as “pressões ao Estado” e as “lutas de classes” em parceria estabelecida com o Estado e o capital; Produzir a cultura/ideologia do “possibilismo” que, alicerçada na autoajuda, solidarismo e voluntariado, implica em *fazer o que é*

*possível de ser feito* dentro dos limites permitidos pelas circunstâncias e tendências atuais; Amenizar os impactos (ideológicos) decorrentes do aumento do desemprego, na medida em que se tornam fonte de emprego (precarizado) ou lugar onde as pessoas ocupam o tempo ocioso dedicando-se a ações sociais; A localização e banalização da “questão social” e ideologia da autorresponsabilização pelas respostas às suas várias expressões. (MONTAÑO, 2014).

Deste modo, as ONGs e o chamado “terceiro setor”, instrumentalizados pela estratégia neoliberal, justificam e legitimam o desmonte da Seguridade Social estatal, ao mesmo tempo em que transformam a luta contra a reforma do Estado em parceria com o Estado, diminuem os impactos negativos provenientes do aumento do desemprego e tornam as respostas às sequelas da “questão social” em atividades cotidianas (MONTAÑO, 2014).

O reordenamento do Estado tem afetado a profissão de Serviço Social, no tocante à sua inserção nesses espaços sócio ocupacionais, mas também na modalidade de intervenção, nas condições e relações de trabalho, marcadas pela flexibilização das relações contratuais, o que gera rotatividade de emprego, vários vínculos de trabalho em função dos salários reduzidos e jornadas de trabalho em tempo parcial (SERRA, 2000).

Quanto às atribuições profissionais, os assistentes sociais têm sido demandados para atuar na Gestão de programas sociais, o que requer competências no campo do planejamento, formulação e avaliação de políticas sociais. De acordo com Alencar (2009), uma das atribuições desempenhadas é a gerência de programas sociais, o que requer do profissional as seguintes competências: Conhecimento e atualização acerca de legislações sociais em vigor; análise das relações de poder e da conjuntura; pesquisa, diagnóstico social e de indicadores sociais, com sistematização e análise de dados, de modo a estabelecer as demandas e as prioridades de ação; capacidade de leitura dos orçamentos públicos e domínio de meios de captação de recursos; domínio dos processos de planejamento e a competência no gerenciamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais, mas também das ações e serviços, como parte de “equipes multiprofissionais”, como reforça Duarte (2010).

Duarte (2010) acrescenta que, não basta a/o assistente social estar capacitado para a leitura e análise dos orçamentos públicos, deve ser capaz de identificar alvos e metas, bem como os recursos disponíveis, tendo em vista a captação de recursos e o planejamento e operacionalização de ações e projetos. Isso implica em estar apto para gerenciar e coordenar tanto os projetos sociais como a própria ONG, o que tem resultado em uma nova atribuição, “assessoria e consultoria”, geralmente realizada por profissionais mais experientes, isto é, “um grupo de profissionais extremamente ‘habilitado em ONGs’, com conhecimentos específicos sobre projetos sociais, captação de recursos, prestação de contas e administração de pessoal” (id., p. 70).

Ao que tudo indica, as(os) assistentes sociais que atuam em ONGs têm um perfil polivalente, desempenham multitarefas e acumulam funções, assimilam novas

habilidades e competências, em sintonia com o processo de reestruturação produtiva, precarização e flexibilização, o que incorre em sobrecarga de trabalho, E nas ONGs de Salvador, que desafios têm enfrentado as(os) assistentes sociais? É o que tentaremos responder no próximo tópico.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

Conforme já mencionado, este artigo faz parte de um projeto mais amplo, intitulado *O trabalho do assistente social em Salvador: contribuições para o debate atual*, financiado pelo CNPq e desenvolvido entre os meses de fevereiro de 2013 a junho 2016, que envolveu um grupo de pesquisadoras do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e contou com a parceria do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), 5ª Região, do estado da Bahia. Em virtude da sua abrangência, a pesquisa foi operacionalizada por meio de subprojetos e planos de trabalho, os quais foram desenvolvidos pelas docentes envolvidas com seus respectivos bolsistas de iniciação científica. Neste artigo, socializamos resultados do subprojeto centrado no trabalho profissional das(os) assistentes sociais em organizações não governamentais.

A pesquisa foi desenvolvida em duas fases. A primeira consistiu em dois momentos, o primeiro deles constituído de um levantamento bibliográfico de artigos, periódicos e livros que abordam a temática estudada, com enfoque voltado às categorias de análise, tais como: trabalho, condições de trabalho, espaços sócio-ocupacionais, demandas profissionais. Cabe ressaltar que o levantamento também procurou localizar textos sobre o trabalho do assistente social em Salvador. O segundo momento resultou em uma pesquisa exploratória, de modo a identificar os espaços sócio-ocupacionais em que atuam os Assistentes Sociais em Salvador, sobretudo nas seguintes áreas: saúde, previdência, assistência, educação, sócio-jurídica, política urbana e terceiro setor. Conseguiu-se apontar a quantidade aproximada de profissionais existentes em cada uma dessas áreas em Salvador.

A segunda fase envolveu uma pesquisa de campo, de natureza quanti-qualitativa. A coleta de dados foi feita também em dois momentos, o primeiro realizado por meio de um formulário auto-aplicável junto às Assistentes Sociais que atuam em Salvador, disponibilizado na página do Conselho Regional de Serviço Social, CRESS-5ª Região, após apreciação do projeto pela assessoria jurídica e formalizada parceria com o Conselho, mediante assinatura de termo de cooperação entre a UFBA e o CRESS. O segundo momento consistiu na aplicação de entrevistas com assistentes sociais, cujo roteiro, previamente elaborado, deteve-se nos seguintes temas: trajetória de formação, o trabalho na política que atua, condições de trabalho com relação as estruturas físicas, condições objetivas de trabalho, impactos na saúde, violação e direitos e formação política.

## 2.1 O trabalho da/o assistente social nas ONGs de Salvador

Conseguimos identificar em Salvador cerca de cinquenta e duas instituições pertencentes ao terceiro setor, dentre estas entramos em contato com quarenta e, pudemos constatar que apenas a metade destas instituições possuem assistentes sociais em seu quadro profissional, o que nos leva a concordar com Netto (1996, p. 122), quando observa que o terceiro setor está “longe de constituir como um canal minimamente expressivo e estável de absorção de profissionais (não só de assistentes sociais)” e, alerta que “apostar nas ONGs como ‘saída profissional’ é desconhecer os graves riscos do *pluriemprego*”.

Com efeito, a inserção dos profissionais no mercado de trabalho se dá sob forma temporária, por projeto a ser realizado, o que não se configura em vínculo permanente com a instituição e, aliado aos baixos salários, contribui para que tenham mais de uma inserção empregatícia, às vezes em cidades distintas. Conforme revelam as assistentes sociais entrevistadas:

[...] três meses depois eu primeiramente consegui comecei a trabalhar num local é com pessoas com deficiência mental intelectual aí eu fiquei aí um mês mais ou menos que a gente ia começar abrir um projeto mas esse projeto não veio foi quando surgiu a oportunidade daqui do XXX e surgiu também a oportunidade de trabalhar em Candeias então como o outro projeto não tinha vindo fiquei com os dois lá em Candeias trabalhando na escola e me apaixonei mas era contrato e acabou mudança de gestão

[...] mais ou menos uns oito meses assim eu comecei logo a trabalhar aí fui trabalhar no instituto de previdência não antes do instituto eu já fazia revisão de benefícios enquanto não aparecia um trabalho fixo eu fiquei fazendo revisão de benefícios no interior aí quando surgiu o trabalho fixo depois do Instituto de previdência que aí foi na época de J. H. e tal teve demissão coletiva aí eu vim praqui [Salvador] é fiz algumas seleções na época tinha muitas propostas assim participei de algumas nas áreas de saúde mas acabou que aqui surgiu primeiro das conclusões dos outros processos então acabei ficando aqui.

Os depoimentos revelam a precarização que atinge a seguridade, seja na previdência social, que recorre à contratação temporária de profissionais para realização da revisão do Benefício de Prestação Continuada, de modo a assegurar o caráter seletivo que o caracteriza, seja na atuação em ONGs, quando a execução e/ou continuidade de projetos sociais está condicionada à captação de recursos ou mesmo em prefeituras dos municípios baianos, cuja contratação de profissionais tem ocorrido por meio do Sistema Especial de Direito Administrativo (Reda), uma modalidade de seleção através da qual pessoas são contratadas para prestarem determinado serviço por no máximo 2 anos, podendo haver prorrogação por igual período.

No tocante às condições às condições de trabalho, as assistentes sociais enfatizam que as 30 horas de jornada de trabalho semanais determinadas pela Lei 12.317/2010 são respeitadas pelas instituições em que atuam e, embora neguem

executar tarefas fora do horário de trabalho, seus depoimentos revelam o contrário. Senão, vejamos:

Poucas vezes eu levo trabalho pra casa só algumas vezes por que geralmente quando tem que fazer algum projeto tem que fazer alguma ação como essa do PPI que é o programa de proteção a infância eu poderia trabalhar aqui só que se eu trabalhasse aqui eu iria de alguma forma disputar o atendimentos de meus usuários eu tento de alguma forma já que eu não tô fazendo nada e também eu consigo fazer de que forma pra não se tornar muito árduo eu traço uma estratégia eu tenho que estudar eu tenho que fazer aquele trabalho pra casa como se eu tivesse estudando pra concurso então geralmente eu tento fazer esse link pra não pesar sobre minha cabeça nem nada agora chega semanas que você fica muito cansada não consigo nem fazer a unha fazer o cabelo.

Não mas assim existem as necessidades por que 30 horas não dá pra dar conta então eu faço sempre banco de horas sempre que precisa de algumas horas aí eu tenho atividade ontem eu tive uma reunião eu tinha que tá aqui à tarde é essas horas a mais é vão pro banco de horas.

Embora as tarefas executadas fora do horário de trabalho sejam consideradas incomuns pelas assistentes sociais entrevistadas, seus depoimentos revelam a busca de estratégias para escamotear o “trabalho árduo”, isto é, levar o trabalho para casa como se fosse uma escolha própria, tal qual as horas dispendidas com estudos aos quais se dedicam para reunir as competências exigidas pelo mercado de trabalho, de modo a assegurarem sua eficiência operativa e, assim, não comprometerem o atendimento prestado aos usuários, mesmo que muitas vezes se sintam fatigadas e lhes sobre pouco tempo para cuidados pessoais e lazer, conforme veremos a seguir:

Hoje eu trabalho em dois lugares hoje eu trabalho com transtorno mental é os dias que eu não tô aqui na instituição eu trabalho com transtorno mental então o único dia que eu tenho de descanso é o domingo ah tenho um dia de folga, minto, um dia de folga e o domingo ou seja, 2 dias de folga é onde eu vou me organizar e tudo mais mas assim é aquela coisa que eu digo mas as vezes o ruim é só acordar depois de acordar e tá no trabalho cê entra a volta pra casa também é ruim né. Não tenho tanto lazer porque eu me condicionei...

Tenho tempo pra lazer tenho tempo pra descansar mas pra mim é pouco mas difícil por que são 2 horas uma pra ir outra pra voltar por que eu moro em Itapuã e trabalho aqui no centro então é bem complicado as vezes eu e muito tempo é longe mas é assim final de semana é final de semana na segunda feira eu trabalho e as vezes tenho que trabalhar no final de semana é esporádico mas acontece a gente tem um encontro de família fizemos um encontro no complexo de Sauípe durante 3 dias o serviço social fez um trabalho com as mães e a técnica de lazer fez atividades pros filhos

Apesar da crescente inserção feminina no mercado de trabalho, esta não tem favorecido uma distribuição mais equitativa dos afazeres domésticos, as mulheres continuam a conciliar tais atividades com os papéis e atribuições profissionais, sendo compelidas a assumir várias inserções empregatícias, com vínculos temporários e parciais. Devido ao número de recursos humanos “insuficientes”, enfrentam situações de polivalência, desempenhando tarefas que incluem desde “contatar a imprensa

que são coisas do pessoal de comunicação, entrar em contato com escolas pra fazer palestra que é coisa do coordenador ou então fazer palestra” até “limpar minha própria mesa”. Além disso, as profissionais se deslocam diariamente para locais distantes de suas residências e quando, após o trabalho, retornam ao lar, ainda têm corresponder “à incessante atualização de conhecimentos e informações, a fim de atender ‘novas e velhas’ demandas institucionais” (DUARTE, 2010, p. 66), o que certamente gera “muito desgaste mental”, uma vez que a avaliação de sua produtividade está condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas pela instituição:

[...] o meu trabalho eu tenho que cumprir metas quando você sair daqui vou mandar você assinar um documento, inclusive você tem que trazer até um ofício, aí o que acontece tem a questão da meta que eu acho também importante, eu acho também importante a monitoramento das políticas públicas quando as pessoas diz assim, eu vou monitorar o serviço, ótimo, é isso que a gente quer, quantas instituições tão aí fraudulentas, dizem fazer um trabalho que não fazem, , tem coisa que faço chega no livro de ocorrência eu vejo, não tá aqui por que eu tô mais preocupada com ( pausa) a gente tem que pensar assim o trabalho que a gente vai focar por que a gente tem que entender que a gente tá lidando com pessoas...

[...] trabalhamos com metas trabalhamos com um relatório ele é uma planilha vou te mostrar pra você ter uma noção como ele acontece nossos atendimentos é esse é bem por que assim ele é cobrado pela sede a gente faz uma prestação de contas mensalmente então assim todos que a gente atende tem que registrar em fim então a gente compila todas as informações todas as pessoas que participaram quantas vezes e se foi oferecido bolsa gratuidade se tá ligado a algum projeto tudo é registrado existe um plano anual de trabalho e a gente vai desenvolvendo as atividades e aquelas que não conseguimos realizar temos que justificar então é bem acompanhado.

No interior das instituições do terceiro setor o trabalho da(o) assistente social tem como principal finalidade o atendimento integral e de qualidade ao usuário, isto é, visa garantir o direito de inclusão ao atendimento. Entretanto, suas ações também priorizam o cumprimento dos objetivos, metas e diretrizes definidas pelo planejamento estratégico institucional (COSTA, 2005), em consonância com a lógica empresarial que, respaldada na cultura do gerencialismo, reduz conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, adequando processos e dinâmicas institucionais às metas de controle de qualidade e de produtividade a serem alcançadas (RAICHELIS, 2013). Neste sentido, Guerra (2007, p. 8) reforça que:

Na análise destas condições, depreende-se que há uma interferência da lógica do capital na forma, no modus operandi, no conteúdo e no resultado do exercício profissional, que se limita, em muitos casos, ao cumprimento de rotinas burocráticas e de metas institucionais, influenciando nas funções, qualidade e competência do trabalho profissional, estabelecendo normas específicas e, até mesmo, à luz da lógica mercadológica, define-se as necessidades de capacitação, o ritmo e a intensidade do trabalho e os recursos (técnicos, financeiros, institucionais) disponíveis para a realização das ações profissionais.

Com efeito, a lógica mercadológica demanda especialização, capacitação e atualização profissional, desde que voltada para o cumprimento de metas e otimização dos serviços:

Sim sempre oportuniza né sempre tão estimulando quando a gente fez essa semana a gente assistiu três palestras muito por conta da informática tudo informatizado então tem à distância mas eles promovem conferências videoconferências uma vez por mês que eu tenho com minha supervisora onde a gente pode esclarecer alguns pontos os que estão dando certo os que estou com dificuldades claro que tem *skype* todas as tecnologias assim disponíveis favoráveis a última conferência internacional que teve aqui do serviço social não sei se você lembra já tem um tempo foi excelente e custou a inscrição 660 reais na época e eles custearam pra mim pagaram foi uma semana no centro de convenções espetacular com muitos profissionais Marilda esses todos que a gente estuda estavam lá.

O cumprimento de metas e diretrizes institucionais requer monitoramento e supervisão das ações desenvolvidas pelo profissional, de modo a identificar fragilidades e inconsistências, resultados positivos e negativos, mas também avaliar quais dessas ações são prioritárias e demandam respostas mais imediatas. A capacitação instrumentaliza os profissionais para manejarem recursos de computação, que conferem agilidade no monitoramento, avaliação e prestação de contas das ações e serviços desenvolvidos. No entanto, o domínio do conhecimento sobre a área específica de intervenção profissional, ainda que seja uma exigência, fica sob a exclusiva responsabilidade da/o assistente social, que cursa especializações voltadas para a gestão pública, comunidade entre outras e participa dos eventos da categoria por conta própria, haja visto que o evento mencionado por uma das entrevistadas, cuja inscrição foi custeada pela instituição ocorreu em 2008, faz nove anos.

Deste modo, para tentar imprimir maior qualidade ao atendimento, a/o assistente social recorre aos seguintes instrumentos e técnicas:

Temos visitas domiciliares nós temos encaminhamentos e acompanhamentos social então todos esses são instrumentos de trabalho por que essas ações é o que nos permite conhecendo a realidade nos aproximando da realidade a entrevista social primeiramente posteriormente a gente vê algumas necessidades que no decorrer do acompanhamento.

[...] avaliação socioeconômica a gente tem os instrumentais especiais, os prontuários específicos de atendimento, primeiro atendimento é o prontuário completo de cada um, sabendo qual é o contexto familiar a gente não conhece só o usuário, mas todo contexto familiar, as visitas domiciliares e hospitalares que a gente é institucional isso muito bem específico, porque a gente precisa conhecer o que Salvador oferece pra poder também ter segurança na hora de encaminhar os nossos assistidos então são os instrumentais bem específicos que a gente utiliza pra poder atender essas demandas.

No contexto contraditório em que atuam, as(os) assistentes sociais valem-se de instrumentos e técnicas como meios de trabalho a que recorrem para melhor se apropriarem da realidade social. Certamente, o domínio de procedimentos, a exemplo

da entrevista social, visitas domiciliares e acompanhamentos são importantes para fazerem a devida contextualização da(s) questão(ões) e demandas trazida(s) pela família e, do percurso realizado na tentativa de ver suas demandas atendidas, de forma a impedir sua culpabilização e responsabilização pela(s) situação(ões) de vulnerabilidade ou risco social em que se encontra, bem como evitar pré-julgamentos sobre seus modos de vida. Além disso, as visitas institucionais e encaminhamentos não podem prescindir do conhecimento e da articulação com a rede de serviços do território, “na perspectiva de evitar descontinuidades, lacunas ou sobreposições de ações” (GUEIROS, 2010), ao mesmo tempo em que o preenchimento de prontuários, anotações em livros de ocorrência e elaboração de relatórios e diagnósticos sociais contribuem para a identificação de alvos e metas a serem atingidas.

### 3 | CONCLUSÃO

A atuação da(o) assistente social no chamado “Terceiro Setor” é marcada por um conjunto de exigências no que se refere a habilidades e competências, que envolvem desde o conhecimento de recursos de computação, tratamento e sistematização de dados, planejamento estratégico para definição de diretrizes e metas a serem alcançadas de modo a cumprir a missão institucional, o que também envolve capacidade para elaboração e monitoramento de programas e projetos sociais.

As (os) profissionais possuem mais de um vínculo empregatício, são contratados por projeto, por prestação de serviços e contratos em comissão, às vezes em tempo parcial e em cidades distintas, reclamam da defasagem salarial mas, num ato de autoproteção, negam as condições adversas de trabalho e a tornam satisfatória porque têm uma sala, computador, um armário para guardar prontuários e uma estagiária (que a ajuda a reduzir a quantidade de tarefas, ainda que leve trabalho para casa e disponha de pouco tempo para o lazer e, confesse o desgaste e fadiga diante de tantas atribuições.

Entre “novas e velhas” demandas, a inserção e permanência empregatícia da(o) assistente social está condicionada à capacidade de conciliar multitarefas e conseguir operar em meio a lógicas contraditórias, ou seja, priorizar o cumprimento das metas e diretrizes institucionais num contexto de privatização, mercantilização e focalização das demandas sociais, ao mesmo tempo em que preconiza o acesso a direitos universais do usuário, em consonância com os valores e princípios defendidos pelo projeto ético-político da profissão.

Apesar do contexto complexo, em que a precarização dos serviços e mercantilização de direitos têm ameaçado os segmentos mais vulneráveis da população, as assistentes sociais do terceiro setor, entre tensões, desafios e contradições insistem, não desistem da luta por uma sociedade mais justa e igualitária e, tal qual nos versos da poeta Cora Coralina, continuam “quebrando pedras e plantando flores”.

## REFERÊNCIAS:

ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 449-477.

BRASIL. Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm). Acesso em: 24 ago. 2018.

COSTA, Selma Frossard. O Serviço Social e o Terceiro Setor. **Serviço Social em Revista**, v. 7, n. 2, Jan/Jul 2005. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v7n2\\_selma.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm). Acesso em: 24 ago. 2018.

DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento. Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 9, n. 1, p. 66-76, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7281/5241>. Acesso em: 24 ago. 2018.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 126-132, June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/15.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2018.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, Ano XXVIII, n.91. São Paulo: Cortez, 2007, p. 5-33.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social** – crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4ª Edição. São Paulo. Ed Cortez. 2007.

\_\_\_\_\_. O lugar histórico e o papel das ONGs. In: MONTAÑO, C. (org.). **O Canto da Sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo, Cortez, 2015, p. 53-95.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50, Ano XVII, São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social e Sociedade**, n. 116, São Paulo: Cortez, out./dez. 2013, p. 609-635.

SERRA, Rose M. S. **Crise de materialidade no Serviço Social**: repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-065-0

